

MEMÓRIA BRAVIA DA EDUCAÇÃO MUSEAL OU PREFÁCIO

Recordar é preciso

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
A memória bravia lança o leme:

Recordar é preciso.

O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o gosto.

Sou eternamente náufraga,
mas os fundos oceanos não me amedrontam
e nem me imobilizam.

Uma paixão profunda é a boia que me emerge.

Sei que o mistério subsiste além das águas.

Conceição Evaristo

I

O poema “Recordar é preciso” abre o livro “Poemas da Recordação e outros movimentos”, de Conceição Evaristo. Recordar e acordar e acender pensamentos e sentimentos, intuições, sensações e memórias que tocam corações, mentes e corpos. Esse é um dos trabalhos realizados pelo Grupo de Pesquisa Educação Museal: conceitos, história e políticas (GPEM), coordenado por Fernanda Castro, Ozias de Jesus Soares e Andréa Fernandes Costa.

Trata-se de um trabalho de “memória bravia” que “lança o leme” e diz que recordar os conceitos, histórias, narrativas e políticas da educação museal é preciso; é preciso colocar de novo o corpo, o coração e a mente na educação museal e avançar.

Trata-se de um trabalho em movimento que - como as marés vai e vem – e avança na direção de uma educação que coloca em conversa universos subjetivos e objetivos e constrói outros universos possíveis, com mais democracia, mais cidadania, mais voz, corpo, participação, solidariedade e consciência crítica.

Trata-se, por fim, de um trabalho que borda e transborda, realizado por “educanautas” – pessoas que navegam nos mares e rios da educação museal e que não temem as profundezas e superficialidades da vida humana em movimento – pessoas movidas por um imenso respeito e amor, “paixão profunda” pelo outro, pelo diferente. É isso. Aí está revelado um dos mistérios da Educação Museal.

II

A produção do Grupo de Pesquisa Educação Museal: conceitos, história e políticas é notável. Em pouco mais de 2 anos o Grupo produziu quatro livros (volumes) fortes e outro já está a caminho; cada um deles com dois blocos temáticos. O primeiro trata da “História da Educação Museal no Brasil” e da “Prática político-pedagógica museal”; o segundo aborda a “Educação Museal: gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus” e “A questão da profissionalização da Educação Museal”; o terceiro enfrenta os debates “Sistematização da Educação Museal: planejamento, registro e avaliação de ações” e “Teoria educacional, formação, pesquisa e comunicação na Educação Museal”.

O GPEM quer fechar a série com o quinto volume que tratará das relações entre “Educação Museal e cibercultura” e “Acessibilidade em museus e educação”; mas antes disso vai tratar com **cuidado** (aqui essa palavra merece todas as nossas atenções) da publicação do quarto livro ou volume.

III

O volume que você (leitora, leitor e mais) tem diante dos olhos, dos ouvidos e das mãos é exatamente o quarto livro ou volume produzido pelo GPEM. A matéria prima desse livro contém ingredientes que tratam da “Museologia social, decolonialidade e educação museal” e das “Relações entre museu e sociedade: escolas, comunidades, e a diversificação de públicos”.

Há neste livro um conjunto impressionante de temas e autoras. O livro tem arquitetura orgânica e é bem construído. A presença feminina é notável. Juliana Siqueira, Gabriela de Assis, Luz Helena Carvajal Bautista, Cristina Carvalho, Monique Gewerc e Marina Toledo assinam os textos de fundo, os

textos que dão sentido ao livro. Por seu turno, a organização, a curadoria do livro - realizada por Fernanda Castro, Andréa Fernandes Costa e Ozias de Jesus Soares – conta com a delicada participação de um homem.

É nesse quadro que se encaixa a minha contribuição. O livro é potente. O livro é forte. O livro também revela a força das mulheres no campo da Educação Museal no Brasil e isso não é um fenômeno recente, ainda que recentemente tenha sido revelado e escancarado.

O “Seminário Regional da Unesco Sobre a Função Educativa dos Museus”, por exemplo, realizado em 1958, revisitado em 2018 por intermédio de outro Seminário e de uma publicação¹, contou com decidida e destacada participação de mulheres, apesar de alguns exercícios de ocultamento.

Mulheres como Nise da Silveira, Bertha Lutz, Heloisa Alberto Torres, Regina Real, Sigrid Pôrto de Barros, Nair de Moraes Carvalho, Waldisa Rússio, Liana Rubi Tereza O. Campo e outras exercitaram a imaginação museal, envolveram-se com o tema dos museus e da educação e deixaram uma produção relevante que merece ser estudada e pesquisada.

IV

O primeiro conjunto de textos do livro que você acessa agora aborda o tema “**Museologia Social, decolonialidade e educação museal**” e conta com as seguintes contribuições: “A Educação Museal e seu papel num projeto decolonial da Museologia”, assinado por Juliana Siqueira; Refletindo o Museu: um exercício decolonial para uma Educação Museal desobediente, assinado por Gabriela de Assis e *Imaginar un hilo desconocido*, assinado por Luz Helena Carvajal Bautista.

O segundo conjunto de textos cuida das “**Relações entre museu e sociedade: escolas, comunidades, e a diversificação de públicos**” e conta com as seguintes contribuições: “Professores nos museus: uma presença desejada e necessária”, de Cristina Carvalho e Monique Gewerc; “A Língua Portuguesa em Nós, relato de uma experiência”, de Marina Toledo.

V

Os próximos fragmentos querem sugerir um diálogo franco entre o presente livro e o texto “Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial”, que publiquei em 2017, no volume 35 (p.121-137), da Revista do Iphan².

Por esta vereda, o tema **Museologia Social, decolonialidade e educação museal** nos leva a pensar que os desejos e movimentos concretos de resistência, independência, rompimento com o pacto colonial e descolonização em termos políticos, econômicos e sociais, ao longo do tempo, conviveram com avanços, retrocessos e violentas ações de repressão por parte do Estado. Alguns exemplos de movimentos de resistência, rebeldia, revolta e separação podem ser encontrados na guerra guaranítica (1750-1756), na inconfidência mineira (1789), na conjuração baiana (1798-1799) e na revolução pernambucana (1817). Não raro a memória desses e outros movimentos vem sendo musealizada com tendências à domesticação³.

Um dos desafios da museologia contemporânea e da Educação Museal, explicitamente assumido pela Museologia Social - que também pode ser considerada uma Museologia Insurgente, nos termos de Boaventura de Souza Santos - é romper com as camisas de força, com as práticas de domesticação e colonização, com a anestesia e o entorpecimento produzidos pela museologia colonialista que se estrutura em bases hierárquicas e patriarcais, que flerta com o racismo e o autoritarismo, que se considera pura, que valoriza a memória do poder e os monumentos que celebram a barbárie⁴.

VI

De algum modo, a memória dos movimentos citados no fragmento anterior e outras memórias constituem um patrimônio, ou melhor, um contrapatrimônio, ou, ainda melhor, um fratrímônio⁵ que pode ser acionado a favor da vida e das liberdades humanas.

Jacques Le Goff, no último parágrafo de seu texto clássico denominado “Memória” diz: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a

alimenta, procura o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Como se pode observar nesse excerto o historiador faz votos e investe no devir como quem reconhece a indispensabilidade dos intelectuais assumirem compromissos sociais a favor da vida e da libertação dos corpos e mentes.

No mundo contemporâneo, movimentos de resistência e criatividade dos povos indígenas e quilombolas, das comunidades populares urbanas e rurais, dos moradores das favelas e das chamadas periferias continuam mobilizando afetos políticos e afetos poéticos a favor da decolonização epistêmica, política, econômica, social e cultural. Contra esses movimentos erguem-se sistematicamente os setores mais conservadores da sociedade brasileira, utilizando como argumentos a defesa da ordem e do progresso, do patrimônio privado e do desenvolvimentismo, da família idealizada e do supremacismo religioso⁶.

VII

A decolonização do pensamento museológico passa pela atenção à Educação Museal, à Museologia Social, aos museus sociais e populares que no século XXI espalharam-se pelo Brasil, bem como pela defesa da paisagem cultural, dos direitos da natureza e do patrimônio imaterial, com a consciência de que nada disso tem valor em si e que tudo depende do uso que se faz desses conceitos e práticas sociais⁷.

Destaca-se aqui uma sugestão para futuras investigações: como articular os conceitos de Educação Museal e Museologia Social em pegada decolonial com as construções teóricas e práticas do “bem viver”, nos termos sugeridos por Alberto Acosta, especialmente em seu livro “O Bem Viver – uma oportunidade para imaginar outros mundos (2016)”⁸?

O “Bem Viver” envolve as dimensões filosófica, ética, poética, política, social e econômica da vida em relação (mais ou menos) harmônica com a natureza e com os outros seres. O ponto de partida para a construção de sua teoria e vivência são as sociocosmogonias e as visões de mundo dos

denominados “povos originários” da América. Por esse caminho, falar em Bem Viver implica referência direta ao *sumak kawsay* (em língua quéchua); ao *suma qamaña* (em língua aymara) e ao *tekó porã* (em língua guarani)⁹.

VIII

Vale registrar que durante a década de 1950, no Brasil, foram implementadas experiências inovadoras e com características de(s)coloniais e, possivelmente, mais relevantes para a museologia brasileira do que as referências das metrópoles europeias. Esse é o caso dos trabalhos realizados por Nise da Silveira (Museu de Imagens do Inconsciente), Darcy Ribeiro (Museu do Índio) e Abdias do Nascimento (Museu de Arte Negra). Mas, ainda assim, é importante ressaltar, por um lado, que essas são experiências desenvolvidas num tempo em que a cidade do Rio de Janeiro era o Distrito Federal e, por outro, que a “história da museologia” carioca não está autorizada a traduzir e falar em nome da história da museologia brasileira.

IX

Os textos que tratam das “**Relações entre museu e sociedade: escolas, comunidades, e a diversificação de públicos**” fortalecem a importância das experiências concretas, da valorização dos registros das vivências cotidianas dos setores educacionais dos museus. Em tempos de pandemia muitos projetos inovadores foram realizados e é importante que tenhamos os seus registros de memória para a história da Educação Museal em processo.

X

Waldisa Rússio e Hugues de Varine, inspirados em Paulo Freire (e isso é notável para pensar processos educacionais decoloniais), abriram importantes brechas, frestas e frentes de combate no campo dos patrimônios, museus e museologias em âmbito nacional e internacional, em diálogo franco com a educação. É indispensável recuperar a potência poética e política dos patrimônios e dos museus em perspectiva decolonial, o que significa

contribuir com os avanços dos grupos e povos subalternizados em direção à emancipação e ao exercício pleno do direito à memória, ao patrimônio, ao museu e à cidadania.

XI

Recordar é mesmo preciso. Acordar e acender a “educanauta” – a navegadora da Educação Museal que nos habita e alimenta com inspirações – é um dos reptos enfrentados pelo GPEM.

O presente livro, como já foi dito, tem arquitetura orgânica e é bem construído; mas, além disso, trata-se de um livro inspirador e que estimula a produção de outros livros e textos e artigos e pesquisas diretamente envolvidos com a Educação Museal.

Boa leitura! Boas inspirações!

Mário de Souza Chagas *

Notas

- 1 Ver <http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/1funcaoeducacional.pdf>
- 2 Ver <http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/5museusepatrimonios.pdf>
- 3 Idem. p. 126.
- 4 Idem.
- 5 Ver <http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/9museupatrimonioecidade.pdf>
- 6 Ver <http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/5museusepatrimonios.pdf>.
- 7 Idem. p. 127.
- 8 Ver o vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=h4yK2ugTvWQ> (última consulta 10 de fevereiro de 2021).
- 9 Idem. p. 127.

* Poeta, museólogo e doutor em Ciências Sociais. Um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus, pelo Programa Pontos de Memória e pelo Programa Nacional de Educação Museal. Um dos criadores do Instituto Brasileiro de Museus. Atualmente é diretor do Museu da República; presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia; professor da Unirio, professor colaborador no PpgMuseu da Ufba e professor visitante na ULHT. Experiência nacional e internacional no campo da Museologia, com ênfase na Museologia Social, na Educação Museal e nas práticas de memória, museus sociais e comunitários, patrimônio e política pública de cultura.

**SISTEMATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
MUSEAL: PLANEJAMENTO,
REGISTRO E AVALIAÇÃO DE
AÇÕES EDUCATIVAS MUSEAIS**

A EDUCAÇÃO MUSEAL E SEU PAPEL NUM PROJETO DECOLONIAL DA MUSEOLOGIA

Juliana Siqueira *

Este texto convida as/os trabalhadoras/es da Educação Museal a refletirmos sobre nosso fazer, nos fortalecemos no diálogo e assumirmos nossa responsabilidade e liberdade criativa, reconhecendo que desempenhamos uma relevante função social.

Operar um *projeto decolonial* na Museologia e, por conseguinte, na Educação Museal, requer nosso desengajamento da lógica cultural hegemônica e uma tomada de posição no mundo, fundada no reconhecimento das relações de poder desumanas que estruturam a cultura dominante e na convicção de que é possível e urgente transformá-las. É preciso identificarmos, primeiramente em nós, os aspectos pelos quais somos negadas/os, inferiorizadas/os e expropriadas/os na matriz moderna/capitalista e, a partir daí, tecer laços de solidariedade com as/os demais excluídas/os, rompendo nossa cumplicidade com a violência. Nesse projeto, cada um/a tem tarefas a cumprir na reconstrução coletiva de vínculos não opressivos, feitos de um poder real e partilhado: o de cultivar a vida, aprimorando as culturas.

Colonialidade e projeto decolonial

O conceito da *Colonialidade* emerge nas Ciências Sociais latino-americanas a partir do trabalho de pesquisadoras/es empenhadas/os em afirmar o continente como gerador de um pensamento próprio, comprometido com a transformação das condições de subalternização de seus povos e nações.

Buscando entender a inserção desvantajosa da América Latina no mundo capitalista, bem como suas estruturas sociais desiguais, elas/es concluíram pelo papel determinante dos projetos de colonização aqui instaurados. Com o conceito de *colonialismo interno*, analisaram as desigualdades regionais e a dominação exercida pelas elites sobre as demais classes e grupos sociais. E revelaram que, a despeito da emancipação das colônias em relação a suas

* Agente cultural do município de Campinas, SP, responsável pelo programa de Museologia Social Laboratório do Bem-Viver. Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona e Mestre em Ciências da Comunicação (Educomunicação) pela USP. E-mail: labdobemviver@gmail.com

metrópoles, os padrões de poder por elas implementados jamais deixaram de vigorar. A esses padrões nomeou-se *colonialidade*.

Para tais pesquisadoras/es, a colonialidade se manifesta nas dimensões da vida social: poder, ser, saber, natureza e gênero. A colonialidade do poder se ergue sobre relações racializadas, pelas quais os colonizados e suas culturas são inferiorizados, dominados e eliminados, sob o argumento da *diferença*. Por conseguinte, seus saberes são negados, e suas relações de reciprocidade, conhecimento e cuidado com a natureza, desintegradas para a exploração de recursos. Carregando valores patriarcais, a colonialidade expressa, ainda, a opressão de homens sobre mulheres, em detrimento da colaboração em equilíbrio.

Os estudos também evidenciaram a complementaridade entre a colonialidade e o projeto europeu de Modernidade. A colonização das Américas foi a condição oculta e necessária para que a Europa se fizesse centro do poder político, econômico e simbólico do mundo, instituindo o modo de produção capitalista, sua cultura e seu pensamento como universais. Assim, a promessa de emancipação do sujeito europeu se realiza às custas da desumanização dos povos do Sul, aniquilados, sequestrados e escravizados para a produção de sua riqueza e poder.

O grupo propôs o enfrentamento da colonialidade via um *giro decolonial*. Esse giro é a mudança de perspectiva desde a qual pensamento e prática social são gerados, para implodir a *dominação*. Almeja-se o reconhecimento das/os oprimidas/os, que ao longo de séculos têm elaborado e posto em marcha, em seus próprios termos, projetos outros de modernidade, cujo sentido emancipador não se faz às expensas dos demais.

Na cultura, o projeto decolonial sugere uma compreensão mais ampla da diversidade, reivindicando a autonomia e distinção entre sociedades ou mundos possíveis, convivendo num pluriverso. O lema “um mundo onde caibam todos os mundos” expressa o ideal da *democracia intercultural* numa *ecologia de saberes*, com *justiça cognitiva*.

Colonialidade, museus e Educação Museal

Instituição gestada na modernidade, o museu atuou na constituição da colonialidade. Seus precursores, os gabinetes de curiosidades, guardavam e exibiam uma miríade de seres e objetos coletados em viagens ultramarinas,

como supostas testemunhas da *diferença* entre colonizadores e colonizados. Assim, contribuíram na formação do discurso sobre a inferioridade das culturas Outras frente à europeia e do argumento civilizatório que justificaria sua dominação, exploração e extermínio. A subjetividade moderna, caracterizada pelo ímpeto de domínio do ser (europeu) sobre os objetos (a natureza, os mundos Outros, seus sujeitos e suas culturas) foi alicerçada no papel educador dos museus.

Enquanto o conhecimento moderno se estruturava, com os ramos do saber derivando disciplinas científicas, museus, bibliotecas, arquivos e universidades constituíram lugares de inovação, atuando na organização, produção e disseminação do saber. Pilares da ciência moderna, essas instituições fortaleceram a colonialidade do saber, ao se colocarem como os lugares legítimos de construção do conhecimento válido.

Posteriormente, quando a noção de patrimônio histórico e cultural emergiu, os museus se tornaram as instituições responsáveis pela sua preservação. Por conseguinte, seus métodos de salvaguarda foram considerados superiores e seus profissionais, seus agentes por excelência. Essa especialização da preservação cultural disseminou-se pelo mundo graças ao predomínio político e cultural do *velho continente*. Desse modo, a forma ocidental do museu, hegemônica, invisibilizou e descartou a pertinência das demais formas de preservação existentes nas distintas culturas. Tragicamente, à medida que a modernidade avançou sobre os Outros mundos, liquidando-os, os museus pretenderam ser os guardiões da memória desses mesmos universos, acumulando tesouros saqueados, despojos e até remanescentes humanos, tecendo, sobre eles, uma história única, feita das vozes dos vencedores – ainda hoje reproduzida para perpetuar relações de dominação: uma *colonialidade da memória*!

Essa colonialidade também se expressa na Educação Museal – nas ações que reproduzem valores hegemônicos e desconsideram o protagonismo cultural, a diversidade e o papel ativo dos públicos na apropriação e mesmo na definição dos patrimônios. Mas, também e principalmente, no lugar atribuído ao setor educativo nos museus e no descaso com que, por vezes, são tratados os processos museológicos participativos, cuja natureza educativa é intrínseca à colaboração entre trabalhadoras/es da Museologia e detentoras/es de um patrimônio.

Sobre o lugar atribuído aos educativos nos museus, a precarização a que regularmente são submetidas/os as/os que lidam com o público demonstra

o quanto, na divisão social do trabalho museológico, a função educativa é desvalorizada. Outra evidência são as demissões em massa e o desmonte de projetos, programas e setores educativos ao primeiro sinal de uma crise financeira. Outra pista? A inserção periférica da Educação Museal nos currículos de graduação em Museologia.

Esse desprestígio desvela algumas premissas da modernidade/colonialidade. Primeira: os saberes, fragmentados e especializados em disciplinas, podem ser hierarquizados, valorados ou invalidados. Segunda: a importância atribuída a cada área do saber está ligada à percepção do valor econômico gerado pela atividade que a emprega. Enquanto as atividades de exploração e transformação de recursos são percebidas como produtivas, atividades que *cuidam* da reprodução social são consideradas *custos*. Terceira: a especialização de saberes, fazeres e profissionais corresponde à fragmentação do processo produtivo em uma cadeia operatória, em que o trabalhador, ao exercer uma função específica, não pode mais reconhecer-se como criador do produto final, que lhe é alienado.

Assim é com a produção do patrimônio e a musealização. Sua cadeia operatória funciona, na prática, com a divisão do trabalho entre especialistas. Os responsáveis pela *produção* do patrimônio estão no topo da hierarquia, enquanto as funções educativas, que idealmente reproduzem o seu valor, situam-se nos degraus mais abaixo. Entre ambas as posições, distribuem-se uma miríade de funções e setores. Nessa desigual divisão do trabalho opera também o viés de gênero.

A tarefa decolonial é denunciar e subverter essas premissas, reivindicando o direito de todos ao protagonismo na criação/preservação cultural. Em lugar de lutarmos para ascender nas escalas de prestígio e poder das instituições, podemos atuar para implodir essas hierarquias e propor uma organização mais horizontal e integrada dos processos museológicos, incluindo, principalmente, a voz dos grupos que por muito tempo têm figurado meramente como públicos ou, mais grave, *objetos* de estudo e exposição.

No âmbito dos museus-instituições, somos agentes imprescindíveis ao *giro decolonial*, e temos dado passos importantes. O primeiro: a consolidação de políticas públicas para o setor, sendo a PNEM um marco. O segundo: a formação de um campo teórico-prático no qual possamos assumir o protagonismo na produção do conhecimento sobre nosso fazer e afirmar a legitimidade de um pensamento construído desde o *chão* do museu, nas trocas com o público.

Já os processos museológicos participativos, realizados pelas comunidades com ou sem a colaboração de profissionais da Museologia, com frequência têm sido considerados como uma museologia de segunda categoria, à qual faltaria o rigor ou a relevância das grandes instituições. A *colonialidade da memória* reside na origem desse preconceito. No entanto, são eles os autênticos lugares de uma museologia decolonial, na qual as funções museológicas são integradas e atravessadas pela dimensão educativa. Como educadores museais, podemos prestar-lhes a escuta respeitosa e aprender com suas pedagogias, para estabelecermos o diálogo intercultural nos museus onde atuamos. Potencializar suas vozes e saberes, reconhecendo seus modos alternativos de preservação e comunicação cultural é nossa tarefa.

Museologia(s) e giro decolonial

A revisão das origens da Nova Museologia revela que o mesmo *caldo* cultural do qual emergiria, décadas mais tarde, o pensamento decolonial latino-americano também nutriu os anseios por uma práxis museal comprometida com a transformação social, dos quais a Declaração de Santiago do Chile, de 1972, é evidência incontestável. A Mesa de Santiago foi um momento dialético de denúncia (de uma prática museal alheia aos problemas do continente) e, simultaneamente de anúncio (da possibilidade de um museu indutor da transformação social). Naquela época, colocar-se a serviço do desenvolvimento significou para os museus estabelecer um pacto pelo uso do patrimônio cultural em prol da elevação do nível de vida de suas populações.

Após uma década de ações engajadas pelo mundo, a Nova Museologia pôde afirmar-se como movimento internacional, institucionalizando-se. No início dos anos 1980 as experimentações deflagradas pelas provocações da Carta de Santiago contribuem formar o MINOM. Apesar de sua relevância, o movimento permanece minoritário, como pensamento e como prática, no campo museal. Convém lembrar que o termo *Nova Museologia* referia-se à práxis social e não a um campo científico, que não estava estruturado.

Efetivamente, considera-se que o campo da Museologia consolida-se nos anos 1990. Destaca-se, na sua construção epistemológica, a atuação do ICOFOM, comitê do ICOM dedicado à Museologia, e, dentro dele, o trabalho de museólogas/os latino-americanas/os. A formulação teórica da Museologia propõe o entendimento do museu como um processo

específico por meio do qual o ser humano se relaciona com a realidade. Afirma-se, ademais, que como fenômeno o museu pode adquirir variadas formas no tempo e no espaço, segundo a sociedade em que está inserido. A questão está em saber quão longe dessas teorias, influenciadas pela Nova Museologia, estão as práticas institucionais.

Ainda nos anos 1990, surgiria no espaço lusófono a Sociomuseologia, corrente que concebe a Museologia como campo em interface com as Ciências Sociais. Herdeira direta da Nova Museologia e seu corolário sobre a função social dos museus, ela se posiciona a favor de uma práxis comprometida com a vida e a dignidade humana. Para seus estudiosos, nem toda museologia é social, no sentido em que as práticas centradas *unicamente* nos objetos não servem ao bem-estar humano. É pela união entre teoria e práticas que se pode reconhecer e produzir a Sociomuseologia, uma ciência aplicada.

A Sociomuseologia desdobra-se então pelos interesses de seus pesquisadores e não propriamente por um programa teórico previamente formulado e unificado. Sendo assim, não se debruça exclusivamente sobre processos museológicos participativos ou comunitários, expressando a *complexidade* do cenário museológico, com suas contradições. Em consequência, apresenta uma diversificação temática e teórica, sujeita a lacunas sempre possíveis de serem tratadas. Entre os temas recorrentes nas pesquisas estão as políticas públicas, a gestão museal, os processos de patrimonialização ou musealização, os usos da tecnologia, a comunicação e a Educação Museal, além das colaborações voltadas à promoção do desenvolvimento local, da diversidade cultural e da cidadania. Recentemente emergem trabalhos que tematizam os estudos decoloniais.

No Brasil, a partir dos anos 2000, a abertura de cursos universitários de Museologia amplia a produção teórica. É preciso nos debruçarmos sobre os temas abordados para traçar um panorama do pensamento em vigor. As publicações do Seminário Brasileiro de Museologia e dos Encontros Nacionais dos Estudantes de Museologia poderão dar indicações do quão próximas estão as reflexões de uma prática engajada.

Embora o interesse pelo pensamento decolonial esteja em ascensão, são recentes as aproximações com os *campos teóricos* da Museologia ou da Sociomuseologia. Essa convergência solicita um esforço coletivo no sentido da sua interculturalização, pondo em diálogo suas raízes científicas e as tradições extra-científicas calcadas nas Epistemologias do Sul. Uma trilha

importante se abre nas colaborações desenvolvidas por professoras/es e pesquisadoras/es de museus universitários. São exemplos potentes a atuação da Professora Marília Xavier Cury, do MAE-USP, junto aos curadores de museus indígenas paulistas; o intercâmbio entre o corpo de docentes e servidoras/es do Museu Antropológico da UFG e as comunidades indígenas; e, ainda, a atuação da Professora Graça Teixeira junto ao Museu Afro-Brasileiro da UFBA.

Nos trânsitos entre *movimentos sociais* e *práticas museais* a convergência Museologia/ Decolonialidade também se faz evidente e efetiva. Nas conferências latino-americanas do MINOM, nos encontros da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários ou nas Jornadas Latino-Americanas de Museologia Social, desponta a construção da interculturalidade. Quanto às práticas de preservação cultural protagonizadas há séculos pelos sujeitos negados no projeto moderno/colonial, afirmamos que desde sempre são decoloniais. Elas se atualizam permanentemente, mantendo sua coerência e eficácia, a despeito da invisibilização nos âmbitos acadêmicos, profissionais e das políticas públicas. A interculturalização desses campos é uma forma de fazer-lhes justiça, como também uma condição para a descolonização de nosso mundo e a nossa humanização.

Educação Museal no enfrentamento à colonialidade

Na perspectiva intercultural, o museu é o *processo* pelo qual os sujeitos recriam, dinâmica e conscientemente, suas culturas. Atuam, na qualidade de um corpo coletivo, com a própria matriz, ecologizada num pluriverso de mundos possíveis. A ação museológica é, assim, legítima para todas/os. Chamados à responsabilidade pela criação coletiva do mundo que desejam viver, elas/es se reconhecem protagonistas e humanizam-se no aprimoramento de suas relações com a alteridade. Seu desafio está em conviver em liberdade não apenas com os que partilham seus valores, mas sobretudo com aqueles que vivem uma cultura distinta.

O maior obstáculo para a interculturalização se coloca quando nos posicionamos, em alguma medida, como *consumidores/usuários* da cultura hegemônica, contribuindo inadvertidamente para a reprodução da colonialidade. Precisamos estar despertos, a fim de recuperar nossa *presença operativa* no mundo, nossa potência de cultivadores da vida. Necessitamos, então, nos silenciar e esvaziar de nossas certezas e nossa

arrogância, sobretudo quando cobertas de intenções benevolentes, para cultivar a não-violência, o respeito, a escuta e a apreciação do Outro.

A Educação Museal capaz de aportar num projeto intercultural necessita afetar os sujeitos que habitam essa matriz e deflagrar a incorporação de novos repertórios de ação. Para isso, poderá conceber e operar jogos capazes de produzir: a) deslocamento/descentramento, trazendo-nos às margens de nosso universo cultural, onde podemos perceber a aparição do Outro e ampliar nosso horizonte ético; b) abertura/vulnerabilidade, que nos favoreçam assumir a empatia com o Outro, admitindo as dimensões opressivas da colonialidade e seus desdobramentos, conduzindo-nos ao compromisso com a sua implosão; c) reconexões e laços de interdependência em relação aos outros seres, gestando um corpo coletivo atuante na criação/preservação cultural; d) disposição para coinspiração e colaboração, facultando o equilíbrio entre o dar e o receber nas trocas interculturais; e) rememoração/experimentação de práticas ancestrais que favoreçam e a incorporação de saberes, atualizando suas virtualidades, muitas vezes bloqueadas pela *pedagogia da desmemória*, instituída pela modernidade.

Pelo caminho do reconhecimento e da valorização da alteridade, o projeto decolonial nos convida a nos libertarmos da forma ocidental de museu e admitirmos que as culturas são criadas e preservadas de distintas maneiras, acionando múltiplas dimensões, tecnologias e linguagens, incorporadas com seus coloridos, gostos, cheiros, texturas e gestos, em conexão com os territórios e as dinâmicas cotidianas. A Educação Museal comprometida com a decolonialidade abre-se à escuta, ao fortalecimento e à cooperação com essas formas, nos seus próprios termos. Portanto, assume também o compromisso com a existência dos sujeitos sociais que as praticam e os modos de vida que desejam construir e preservar.

Indicações de pesquisa

O texto sobre a Educação Museal e o giro decolonial baseia-se na tese de doutorado em Museologia:

[SIQUEIRA, Juliana Maria de. A Educação Museal na perspectiva da Sociomuseologia: proposta para uma cartografia de um campo em formação. Tese \(Doutorado em Museologia\). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2019.](#)

Para quem está iniciando estudos sobre o Grupo Modernidade/Colonialidade e sua proposta decolonial, recomendo uma leitura básica que historiciza e mapeia sua trajetória:

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2013, n.11, pp.89-117.

Em Espanhol, existe uma vasta literatura, cujas portas de entrada podem ser:

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La poscolonialidad explicada a los niños*. Bogotá: Universidad del Cauca, Instituto Pensar, 2005.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (Coord.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

A partir daí, o aprofundamento nos diversos aspectos dessa corrente se fará pela leitura direta de seus autores: [Aníbal Quijano](#), [Arturo Escobar](#), [Catherine Walsh](#) (discípula de Paulo Freire, com foco na educação e nas pedagogias decoloniais), [Edgardo Lander](#), [Enrique Dussel](#), [Fernando Coronil](#), [Immanuel Wallerstein](#), [Nelson Maldonado-Torres](#), [Ramón Grosfóguel](#), [Santiago Castro-Gomez](#), [Walter Mignolo](#) e [Zulma Palermo](#).

O conceito do colonialismo interno pode ser explorado por meio da leitura de [Pablo González Casanova](#), atualizado na noção de colonialidade interna discutida [aqui](#) por Letícia Cesarino.

Nas várias áreas do saber, da Antropologia à Geografia, existem pesquisadores desdobrando o tema. Os [anais](#) do 1º e 2º Congressos Epistemologias do Sul, realizados pela UNILA em 2017 e 2018 podem ajudar a mapear colaboradores em áreas de interesse mais específicas. O trabalho de [Pilar Calveiro](#) ilumina aspectos críticos sobre a memória, enquanto a leitura de [Adolfo Albán Achinte](#) é instigante para quem se interessa pelo campo da arte.

Autores não diretamente ligados ao grupo Modernidade/Colonialidade também oferecem perspectivas relevantes. [Sílvia Rivera Cusicanqui](#) traz uma abordagem crítica radical, enquanto o português [Boaventura de Sousa Santos](#) põe ênfase nas Epistemologias do Sul e na defesa de uma ecologia de saberes e da justiça cognitiva.

Muitas publicações de referência podem ser baixadas gratuitamente no site do [CLACSO](#) (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), onde também podemos acompanhar os eventos internacionais que congregam pesquisadores de vários países e áreas. A [ALAS](#) (Asociación Latinoamericana de Sociología) e a [LASA](#) (Latin American Studies Association - grupo Otros Saberes) são duas associações cujos integrantes têm se dedicado ao estudo, debate e desdobramento do pensamento decolonial. Seus sites são fontes de pesquisa importantes.

A produção de conhecimento pelos movimentos sociais tem destaque com o Movimento Zapatista mexicano ([EZLN](#)) e é tema constante de [Raúl Zibechi](#). Já com uma abordagem feminista, indicamos a leitura de [Glória Anzaldúa](#) e [Rita Segato](#).

De grande relevância para o projeto decolonial é o mergulho nas produções de pesquisadoras/es negras/os, que desenvolvem a perspectiva afrocêntrica. Indicamos, para início de conversa, os trabalhos de Fábio Leite, Leda Maria Martins, Grada Kilomba, Kabenguele Munanga, Luiz Rufino, Renato Nogueira, Sidnei Barreto Nogueira, além dos clássicos Franz Fanon, Aimé Césaire, Lélia Gonzalez e da produção filosófica de Achille Mbembe, Amadou Hampaté Bâ e Mogobe Ramose. Uma bela coletânea de textos pode ser baixada no site <https://filosofia-africana.weebly.com>.

Com relação à Nova Museologia, a [Carta de Santiago](#) está disponível online, em versão reeditada pelo Ibermuseus, acompanhada de [textos críticos](#) publicados pela Revista Museum em 1973, enfocando a museologia latino-americana. A produção de Hugues de Varine pode ser acompanhada pelo [blog](#) do autor. Um vasto banco de documentos do [MINOM](#) tem acesso livre na web. Recomendamos, ainda, acompanhar o perfil da [ABREMC](#) no Facebook. Entrando em contato com a coordenação, pode-se acessar os valiosos anais de seus encontros internacionais. Os desdobramentos atuais da Nova Museologia podem ser seguidos pela [Plataforma Drops](#). No site do [Departamento de Museologia](#) da Universidade Lusófona, é possível ter acesso a toda a produção acadêmica da pós-graduação, dedicada à Sociomuseologia. Convém explorar as edições dos [Cadernos de Sociomuseologia](#) desde 1993. Sobre as produções do ICOFOM e do ICOFOM LAM, os anais dos encontros anuais e regionais estão disponíveis no [site do comitê](#). Também se destacam seus Study Series, na aba “Publicações”. Recomenda-se, finalmente, a leitura da obra de Waldisa Rússio, publicada em papel pelo ICOM.